

Greves sem Rumo

A primeira consequência prática da falta de legislação ordinária para muitos pontos obscuros da nova Constituição é a sucessão de greves do funcionalismo federal que se propagam em ritmo selvagem a partir de Brasília.

Centenas de milhares de servidores, a começar pelos funcionários do Banco do Brasil, passando pelos funcionários de treze ministérios, e mais os funcionários do Distrito Federal e os trabalhadores de dezoito portos, resolveram cruzar os braços por entender que o governo ficou de braços amarrados com o direito amplo de greve concedido ao funcionalismo pela nova Constituição.

Os grevistas se aproveitaram do momento psicológico que se seguiu ao término da elaboração da Constituição, em que deputados e senadores, depois de vinte meses de trabalho intenso, praticamente abandonaram Brasília, muitos deles mergulhando na eleição municipal. O deputado Ulysses Guimarães, que liderou a batalha da Constituição na qualidade de constituinte, sente agora o efeito contrário, como presidente interino, ao se defrontar com greves maciças de servidores públicos.

Para esses grevistas, a nova Constituição já está valendo? Pois o presidente interino agiu bem mandando cortar o ponto dos grevistas. O entendimento do consultor-geral da República é claro ao afirmar que o direito amplo de greve dos servidores públicos só passará a valer com a aprovação de lei pelo Congresso Nacional — coisa difícil neste momento em que os antigos constituintes, agora revertidos à condição de deputados e senadores *tout court*, deixaram Brasília e foram para casa, deixando 120 milhões de brasileiros às voltas com um documento carente de interpretações.

O espírito grevista, neste momento delicado da vida nacional, propaga-se com facilidade a estados e a prefeituras. Diante de uma situação difícil, com

folhas de pagamento corroendo todos os orçamentos, a resposta dos funcionários é a paralisação.

Amplia-se o fosso existente entre os trabalhadores da iniciativa privada e a porção hoje colossal que tira seu salário do serviço público. Fica nítida a diferença na mesma semana em que o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, renova a necessidade de um pacto que promova a trégua necessária para que o Brasil possa superar suas grandes dificuldades. Para o líder sindical se torna inadiável, antes de mais nada, o entendimento entre todas as forças democráticas.

Enquanto, por um lado, essas forças sindicais reafirmam seu desacordo com o Estado paternalista e concentrador de rendas, os funcionários públicos viram as costas para o entendimento nacional e mergulham em greves eminentemente políticas, de caráter desagregador. Sua atitude ficou clara com a palavra de ordem do presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, garantindo que a greve "é uma campanha contra o ministro Maílson da Nóbrega".

Querem agora os grevistas do governo derrubar ministros. A classe do funcionalismo se caracteriza, nesse momento, como apenas reivindicativa, deixando aos outros — aos trabalhadores da iniciativa privada — o encargo da produção. A quem serve isto? Num quadro de indefinição jurídica, a rajada de greves se junta ao flagelo da inflação para castigar ainda mais o país, no limiar de uma perspectiva de caos.

Não são poucas as vozes de políticos experientes que se levantam para advertir: a confusão generalizada, a voracidade da inflação, o desrespeito às leis podem criar um clima de ameaça às instituições democráticas. O momento é de negociação, e não de irresponsabilidade. É de busca de um mínimo de consenso e não de anarquia.